



“MINAS APONTA O CAMINHO”: O PROCESSO DE REFORMA DA EDUCAÇÃO MINEIRA

Larisse Dias Pedrosa

José Luis Sanfelice

APOIO: FAPESP

RESUMO

No fim dos anos 70 inicia-se o processo de reforma da educação mineira, por meio de um movimento de contestação por parte dos profissionais do ensino público pressionando os representantes do Governo Estadual a modificarem as suas ações políticas. Para detalhar esse processo, estudamos o caminho político de Minas Gerais a partir da “Nova República”, período selecionado para compreender o ciclo de reformas educacionais mineiras, por meio da análise dos Governos Estaduais: Tancredo Neves (1983-1987), Newton Cardoso (1987-1991), Hélio Garcia (1991-1994) e Eduardo Azeredo (1995-1998). Priorizando os anos 90, buscamos perceber em que medida o projeto reformista mineiro teve como propósito garantir a oferta da educação básica para todos, respondendo às exigências impostas pelo atual sistema de reestruturação capitalista. Estudamos ainda, o histórico das tensões organizadas pelos Profissionais da Educação com a finalidade de compreender as suas representações coletivas em prol da resolução dos problemas existentes no ensino público do Estado. O contexto sócio-político do objeto de estudo centra-se nas seguintes categorias: relacionamento entre as políticas educacionais implementadas pelo Governo Federal e Minas Gerais; influência dos organismos internacionais nas reformas educacionais mineiras desenvolvidas no Estado; eficácia das propostas contidas nos projetos educacionais mineiros e auditoria desses projetos. A hipótese central é que as reformas mineiras não obtiveram os resultados esperados considerando-se as reais demandas educacionais de Minas Gerais; as dificuldades histórico-estruturais do setor educacional mineiro e a não participação dos Profissionais da Educação e comunidades escolares na elaboração, participação e implementação dos projetos educacionais.



PALAVRAS-CHAVE

Reforma da educação de Minas Gerais, Profissionais da Educação, Política Educacional e Educação Básica de qualidade.

INTRODUÇÃO

Este artigo analisa os resultados das reformas implementadas no Estado de Minas Gerais a partir da “Nova República”, descrevendo as transformações ocorridas no setor educacional e demonstrando a relação entre as propostas de reformas educacionais sugeridas por organismos internacionais ao Estado e os impactos sociais causados por elas. Para desenvolver esse argumento, o texto foi dividido em quatro partes. Inicialmente fizemos a síntese da gestão Tancredo Neves (1983-1987), caracterizando o período de redemocratização. A seguir, sintetizamos a gestão Newton Cardoso (1987-1991), destacando o período de modernização e racionalização do Estado. Na terceira parte, estudamos a gestão Hélio Garcia (1991-1994), o qual inaugurou o período de qualidade total para a educação. Por fim, na gestão Eduardo Azeredo (1995-1998), analisamos o período da democratização do conhecimento.

A GESTÃO TANCREDO NEVES (1983-1987): PERÍODO DE REDEMOCRATIZAÇÃO

Incorporando uma postura semelhante ao de insatisfação popular, Tancredo Neves foi eleito governador de Minas Gerais pelo PMDB, afastando-se do cargo em menos de dois anos devido à sua candidatura para a Presidência da República. O seu vice-governador Hélio Garcia assumiu o governo mineiro de 1983 a 1987. A posse do Governador Mineiro traduzia a euforia de uma sociedade que buscava o desenho de novos tempos, desprezando o aprofundamento da crise. Esta fase, marcada pelo processo de abertura política do país, manteve um contínuo chamamento ao governo



de Minas Gerais para tornar o Estado viável. Uma etapa em que forças adversárias se construíam simultaneamente no país, pois de um lado acontecia a mobilização de diversos segmentos da sociedade civil em prol do restabelecimento do estado de direito, das eleições diretas, da anistia política, do fim da censura e da democracia. De outro lado, os representantes do poder não firmavam um bloco homogêneo e monolítico.

O reconhecimento da falência do projeto educativo do regime possibilitou ao governador estabelecer algumas diretrizes de trabalho: valorização dos profissionais da educação e a melhoria da qualidade de ensino, erradicação do analfabetismo em Minas Gerais, regionalização administrativa e pedagógica e gestão participativa da comunidade, democratização do espaço físico da escola, formulação de uma política de educação profissional, definição de um orçamento-programa para a educação e Política de Ensino Superior e de Pesquisa. Essas diretrizes possibilitaram ao Estado o desenvolvimento de uma “nova escola mineira”, por meio da aprovação de alguns benefícios aos profissionais da educação, em resposta às suas contestações. Estas foram colocadas pelos profissionais da educação desde o final dos anos 70, período em que o Brasil conheceu um intenso processo de mobilização e discussão política. Minas registrou a sua primeira greve do ensino público, no ano de 1979, com a reivindicação dos baixos salários (recebimento de 20% correspondentes à produtividade no período de afastamento por licença médica, eliminação da cobrança obrigatória das taxas escolares e utilização de 10% da carga horária para reuniões comprovadamente úteis), da falta de concursos para professores e especialistas (o que garantiria a efetivação de mais de 70 mil profissionais), da reforma do Estatuto do Magistério e da reorganização das vantagens pessoais.

A Secretaria de Estado da Educação de Minas Gerais (SEE/MG) anunciou, em Maio de 1983, o I Congresso Mineiro de Educação (CME) como iniciativa para resolver as dificuldades da rede de ensino público do Estado.

O Congresso Mineiro de Educação tinha respaldo na proposta de governo apresentada pelo candidato Tancredo Neves na campanha



eleitoral de 1982, principalmente no que dizia respeito à participação: “a busca de soluções para os problemas da educação em Minas Gerais é tarefa coletiva, que todos convocam - profissionais do magistério, entidades de classe, parlamentares, a comunidade em geral. Essas soluções devem ser encontradas por meio de um processo de discussão amplo e aberto, que leve em conta as demandas de todos os setores da sociedade civil, a partir de cada um dos 722 municípios do Estado”. (CUNHA, 1991, p.166-167).

O CME também propôs a indicação de elementos para a definição de diretrizes de ação do governo, imprimindo inovações educacionais anunciadas anteriormente na campanha eleitoral.

Inúmeras exigências fizeram o governo estadual implantar ações para elevar o quadro de capacitação dos Profissionais da Educação, priorizando a política educacional. Encontra-se, pois, no discurso oficial do governo do Estado de Minas Gerais de 1983 a 1987, uma preocupação com questões que se tornaram bandeiras a ser levantadas pelos governos seguintes.

A GESTÃO NEWTON CARDOSO (1987-1991): PERÍODO DE MODERNIZAÇÃO E RACIONALIZAÇÃO DO ESTADO

Entre os anos de 1987 e 1990, o novo governo de Minas Gerais foi representado por Newton Cardoso, ainda pelo PMDB, o qual apresentou características diferentes do governo anterior principalmente por privilegiar a prática clientelista dos recursos públicos e não adotar a proposta de participação popular na gestão das políticas sociais.

O discurso do Governador trazia a idéia de modernização como o pilar de suas propostas:

O povo mineiro quer e vai participar destas e de todas as outras ações deste governo, que se inicia sob o signo da modernização. Modernização econômica, social, política, administrativa, cultural e tecnológica. (...) Senhores, este governo se declara modernizador, democrático e popular. Transparente em suas ações e aberto ao debate com todos os segmentos da sociedade. (CARDOSO, 1987,



p.13).

Logo, essa idéia de modernizar o Estado serviu como base para implantar a Reforma Administrativa por meio da efetivação de inúmeros decretos que confirmam a postura autoritária do Governo Newton Cardoso para resolver as questões públicas do Estado. O velho discurso que defendia a formação do cidadão crítico, participativo e consciente foi sumindo nesse governo e mesmo com a efetivação da UTE como Sindicato dos Profissionais da Educação, ainda era um desafio a unificação das entidades. Em função de várias denúncias de corrupção cometidas nesse governo estadual e da grande decepção, insegurança e insatisfação popular contra suas medidas, as expectativas geradas no processo eleitoral de 1990 elegeram Hélio Garcia como Governador do Estado através do PRS (Partido das Reformas Sociais).

A GESTÃO HÉLIO GARCIA (1991-1994): PERÍODO DE QUALIDADE TOTAL NA EDUCAÇÃO

Em 1991 o Palácio da Liberdade recebeu Hélio Garcia novamente como o seu Governador, no entanto não mais como membro do PMDB e sim do Partido das Reformas Sociais - PRS.

Patrocinando uma gestão com o marketing da Nova Era e disseminando um discurso preocupado com a qualidade de vida da população mineira, Hélio Garcia não utilizou as ferramentas políticas de seu antecessor, mas ao contrário, apoiou-se nas idéias dos organismos internacionais em prol da ruptura do quadro de pobreza e atraso a que estava submetido o Estado. Nas Diretrizes para o Plano de Governo Hélio Garcia (1991-1994), observa-se a seguinte estrutura política:

(...) Minas são muitas. Mas o enfoque do Governo Hélio Garcia é um só: progresso econômico e melhoria da qualidade de vida. (...) Um redobrado esforço deve ser feito para atrair capitais externos, de origem extra-regional e internacional, os quais, somados à poupança doméstica, permitirão a modernização da economia mineira. A identificação e o mapeamento de novas oportunidades agrícolas e



industriais, a adoção de infra-estrutura econômica adequada e um programa de capacitação de recursos humanos, com ênfase na educação para a ciência e tecnologia, certamente demandam a presença do Estado. Na realidade, caberá ao Governo implementar um planejamento estratégico com vistas a preparar o Estado de Minas Gerais para o século XXI. (MINAS GERAIS - Diretrizes para o Plano de Governo Hélio Garcia / 1991-1994, 1991, p.15).

Verifica-se uma grande euforia para enfrentar as chagas sociais que assolavam a sociedade mineira, aceitando o desafio de preparar o Estado para um novo cenário no contexto nacional e internacional.

A educação ganhou lugar privilegiado na administração Hélio Garcia, sendo a qualidade educacional e a universalização do ensino, propostas estruturais de seu Plano de Governo.

(...) É chegada a hora de massificar e universalizar a educação, sem descuidar, contudo, da qualidade do ensino oferecido e dos resultados educacionais alcançados. Consciente dessas necessidades, o Governo Hélio Garcia não poupará esforços para dotar a educação dos recursos requeridos para o seu soerguimento em Minas. Educação básica e educação para o desenvolvimento, estes constituirão os dois eixos da política educacional da Administração Hélio Garcia (MINAS GERAIS - Diretrizes para o Plano de Governo Hélio Garcia: 1991-1994, 1991, p.22).

O governo implementou o Programa de Qualidade Total em Educação (PQTE), o qual foi concebido em 1992 pela Fundação Cristiano Ottoni (FCO), juntamente com o suporte da Faculdade de Engenharia da UFMG e da JUSE (Union of Japanese Scientist and Engineers), seguindo orientações teóricas do Controle da Qualidade Total (CQT) da gestão japonesa.

O desenvolvimento do PQTE no sistema educacional de Minas Gerais garantiu às escolas da rede pública, a tecnologia gerencial do Controle de Qualidade Total e a efetivação de novas parcerias entre Estado/Município e empresas privadas. A inauguração do Programa no Estado aconteceu com a palestra de Vicent Falconi Campos, em março de 1993, para os profissionais das escolas estaduais e as entidades ligadas à área da educação. Em seguida, o Projeto Piloto foi destinado à 17



escolas de Belo Horizonte, sendo que uma dessas escolas já estava recebendo o treinamento desde fevereiro do mesmo ano, ficando o treinamento organizado em 11 unidades individuais.

O PQTE contou com o financiamento do *Projeto de Especialização em Gestão da Qualidade (PEGQ)* no valor de US\$ 221.853.00, direcionados ao treinamento de 40 horas pela FCO às 17 escolas. O Projeto ainda conseguiu financiamento do Banco Mundial, com denominação de *Projeto Qualidade na Educação Básica de Minas Gerais*, conhecido como PróQualidade, totalizando investimentos na ordem de US\$ 302 milhões, sendo que US\$ 152 milhões foi financiado pelo próprio Governo Mineiro. A meta central do PróQualidade era ampliar 18% do número de alunos que alcançavam a 5ª série sem a ocorrência de repetência em cinco anos contínuos e a redução das taxas de repetência no Ensino Fundamental, entre os anos de 1994 e 1999.

A gestão Garcia foi o ponto de partida para a realização de mudanças simultâneas em diversos setores da educação: Ciclo Básico (promoção automática); Programa de avaliação da escola pública; Eleição de Diretores pela comunidade escolar; Formação dos Colegiados Escolares; Descentralização administrativa e pedagógica das escolas; Capacitação dos professores em serviço e por meio de educação continuada; Capacitação dos Dirigentes Escolares; Melhoria da rede física e racionalização do espaço escolar e Implantação de um sistema de monitoramento e avaliação do sistema escolar.

Ainda assim a implantação do *Programa de Valorização dos Municípios* foi necessária para garantir a liberação de verbas, em favorecimento ao processo de continuidade dos governos. A questão da melhoria da qualidade de vida dos mineiros, devidamente identificada com os desafios colocados pela globalização, tornou-se a meta central desse Plano de Governo.

Nota-se que existe um grande esforço político na tentativa de anexar a educação a esse progresso, porém cabe questionar a que distância os homens globalizados encontram-se dos alunos das escolas públicas estaduais.



A GESTÃO EDUARDO AZEREDO (1995-1998): PERÍODO DA DEMOCRATIZAÇÃO DO DESENVOLVIMENTO

“Minas para Todos” foi o slogan político utilizado pelo novo governador eleito em 1994, Eduardo Azeredo, representado pela coligação dos Partidos: Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB), Partido Trabalhista Brasileiro (PTB) e Partido Liberal (PL), os quais integravam o grupo político comandado pelo seu antecessor Hélio Garcia, na intenção de dar continuidade à política das reformas neoliberais.

No governo Eduardo Azeredo, a estratégia adotada para assegurar a estabilidade política foi de fato a continuidade das práticas da gestão Hélio Garcia e a reprodução da gestão Fernando Henrique Cardoso em esfera local. Ao assumir a postura de governabilidade neoliberal, Azeredo garantiu, em âmbito estadual, a base política necessária para a integração Brasil e mercado internacional.

Na área da educação, os projetos criados no período 1991-94, concretizaram-se no governo Azeredo pela incorporação do princípio da equidade, objetivando uma “discriminação positiva com focos nos desiguais”. (SEE/MG, 1997, p.18).

Ao longo desses dois períodos se manteve não só a coerência de diretriz política como também a manutenção do mesmo grupo político nos cargos de Secretário e Secretário-adjunto. A saída de Walfrido dos Mares Guia para o cargo de Vice-governador de Eduardo Azeredo, abriu espaço para Ana Luiza Machado Pinheiro (ex-secretária adjunta da educação no período de 1991-94). Posteriormente Ana Luiza se afastou da SEE para assumir a chefia do escritório da UNESCO para a América Latina, abrindo espaço para seu Secretário-adjunto, João Batista dos Mares Guia, irmão do ex-secretário e atual vice-governador do Estado. No período em que estiveram à frente da SEE, Walfrido dos Mares Guia e Ana Luiza Pinheiro Machado chegaram a ocupar a presidência do CONSED, período no qual atuaram decisivamente na redefinição política dessa entidade, facilmente constatada nas relações estabelecidas com o MEC. (MARTINS, 1998, p.64).

No Plano de Governo de Azeredo (1994, p.104), verifica-se essa proposta:

A compreensão de que a Educação desempenha importante papel no processo de desenvolvimento econômico e de que deve constituir-se em forte instrumento de promoção da equidade social e de



consolidação da democracia, colocou-a, definitivamente, na agenda política atual e lhe confere um lugar de destaque no conjunto das políticas públicas do Estado. Outra proposta referia-se ao processo de fortalecimento da educação pública. (Grifo nosso).

As propostas apresentadas por Azeredo reafirmaram as prioridades e compromissos registrados no *Plano Decenal de Educação para Todos em Minas Gerais*. No documento *A implantação do sistema de ciclos no ensino fundamental*, publicado em 1997, a nova reforma educacional ganhou uma roupagem proporcional à realidade, permitindo a sua continuidade.

Um dos componentes dessa proposta, Capacitação de Professores e Dirigentes das Escolas, contribuiu para a criação de Programas de Capacitação *PROCAP I*, *PROCAP II* e *PROCAD*; *Programa de Educação à Distância* e *Programa de Apoio a Inovações Escolares - PAIE*, os quais serviram de instrumentos para os professores do Ensino Fundamental no sistema de progressão continuada. Surgia uma nova cultura escolar, pois com a incorporação da metodologia de projetos no currículo, o trabalho docente e discente apresentou consideráveis mudanças.

Os projetos pipocaram ao longo dessa gestão. O *Programa de Aceleração da Aprendizagem*, publicado em 1998 pela SEE/MG, objetivava desenvolver o auto-conceito e a auto-estima dos alunos; ensinar os conteúdos básicos das quatro primeiras séries e ensinar algumas habilidades básicas, visando superar a ocorrência de altas taxas de distorção idade/série em todo o Ensino Básico do Estado.

Devido à taxa de distorção idade/série registrar 58% no ano de 1996, o *Programa de Aceleração da Aprendizagem* foi estendido em mais três projetos: *Travessia*, *Acertando o Passo* e *A Caminho da Cidadania*, a fim de atender os alunos dos outros níveis de escolaridade. Esses projetos foram destinados principalmente para os alunos do período noturno, onde concentra uma alta taxa de irregularidade idade/série, na busca de corrigir o fluxo escolar.

Instituído o projeto *Travessia*, publicado sob a Resolução 9298/98, a SEE/MG disponibilizou aos alunos fora da faixa etária do Ensino Fundamental, no período noturno, Estudos Suplementares para a obtenção do 1º ciclo. Em seguida, a SEE/MG



criou o projeto *Acertando o Passo*, sob a Resolução 8287/98, a fim de atender os alunos do 2º ciclo do Ensino Fundamental. Nesse projeto, o 2º ciclo do Ensino Fundamental foi dividido em 4 períodos de 100 dias sob o regime de progressão continuada, reduzindo o currículo para oferecer o curso completo em apenas 2 anos. E na intenção de atender os alunos do Ensino Médio, a SEE/MG inaugurou em meados de 1998 o projeto *A Caminho da Cidadania* (Resolução 9433), o qual dava seqüência ao projeto *Acertando o Passo*, reduzindo o Ensino Médio em apenas um ano e meio (três períodos letivos). Essa proposta determinou 400 módulos-aula a cada período e utilizou a dinâmica da progressão continuada.

O “enxugamento” dos currículos é um verdadeiro desrespeito à sociedade mineira, visto que compromete a formação da aprendizagem de seus jovens e atinge a classe pobre a qual representa o público alvo desses projetos. Estes instrumentos de “desobrigação” do Estado são desenvolvidos com facilidade em função da apatia social, que monitorados pela mídia, seguem os passos de onde “Minas aponta o caminho”.

METODOLOGIA

A pesquisa documental baseia-se nos documentos normativos (Leis, Decretos, Portarias, Pareceres, etc) publicados pelo Governo Estadual de Minas Gerais, além dos dados coletados na SEE/MG sobre os projetos, programas, artigos, palestras, relatórios, entre outros. Utilizamos as avaliações a respeito dos programas instituídos pela SEE/MG, bem como as avaliações externas realizadas por instituições empresariais. Damos continuidade ao trabalho de pesquisa documental publicado por esses órgãos, destacando a catalogação dos planos de Governo Estadual das gestões Hélio Garcia (1991-1994) e Eduardo Azeredo (1995-1998), dentre os quais identificamos os projetos de financiamento desenvolvidos em parceria com o Governo Estadual e o Banco Mundial. Além do material mencionado, consultamos o *Informativo MAI de Ensino*, publicado pela Editora Lancer em Belo Horizonte, que contém grande parte da legislação do Estado e divulga os pronunciamentos de autoridades.



Analizamos ainda, os materiais que dizem respeito ao surgimento e desenvolvimento de associações, sindicatos e movimentos de professores em Minas Gerais, pois foram expressivos para atingir um nível mais “refinado” de compreensão das condutas desses profissionais.

RESULTADOS

Constatamos com esse estudo que, mais do que simples projetos elaborados em gabinete, atendendo aos interesses partidários do momento, somos espectadores de reformas educacionais atreladas às políticas nacionais que vêm modificando o segmento da educação pública brasileira, sem o compromisso de responder o discurso de uma educação pública, universal e de qualidade. A reforma desenvolvida em Minas a partir de 1991, contou com o apoio de dois programas financiados pelo Banco Mundial: a Gerência da Qualidade Total na Educação (GQTE) e o Programa Qualidade na Educação Básica (PróQualidade), servindo de modelo para os paradigmas educacionais nacionais. O tema apresentado foi “Minas aponta o caminho”, o qual auxiliou o governo a decretar algumas prioridades: compromissos com o aluno; compromissos com a família; compromissos com o professor, especialista e demais servidores da escola e compromissos com a própria escola. A SEE/MG destacou cinco áreas da educação como garantia desses compromissos: autonomia da escola, fortalecimento da direção da escola, capacitação e carreira, avaliação do ensino e integração com os municípios. Essa reforma possuía como meta principal a redução dos índices de repetência e evasão escolar, interpretados como indicadores de insuficiência do sistema em razão das altas taxas de defasagem entre idade e série verificadas nas redes estaduais e municipais. Respeitando às exigências da qualidade total, a missão da escola era responder às demandas apresentadas pelos alunos - tomados como clientes - de adequação ao progresso técnico de sua formação e obter maior eficiência e racionalidade administrativa, dando prioridade ao gerenciamento da escola. Incluindo o fator de que estes projetos estão de acordo com as determinações



dos planos nacionais e dos organismos internacionais, confirmamos que a lógica que predomina é a do mercado capitalista em função da maximização dos resultados com o menor limite de investimentos.

CONCLUSÃO

A direção na qual vem sendo pensada a educação mineira tem encontrado eco na reforma do Estado brasileiro, apesar dos esforços empreendidos pela SEE/MG para substituir a cultura da repetência pela cultura da escola produtiva ainda apresentarem bases frágeis para esses novos sistemas reformistas. Embora o papel da escola seja destinado à formação do trabalhador que corresponda aos requisitos da sociedade capitalista, entendemos que a melhoria da qualidade do ensino não se esgota na ampliação das relações de promoção, uma vez que a escola representa uma entidade sócio-cultural organizada por grupos que vivenciam códigos de ação num processo que faz dela produto e instrumento cultural. Perceber a escola como cultura supõe priorizar os fatores sociais que participam do processo natural do desenvolvimento do próprio ser humano. A participação do Estado é mascarada pelas reais condições oferecidas para se trabalhar em educação, visto que o Estado acaba maquiando o seu discurso utilizando-se do próprio discurso dos Profissionais da Educação que vêm reivindicando um ensino de qualidade por vários anos. O governo mineiro reorganizou sua aparelhagem econômica - sobretudo criou órgãos - conseguindo desenvolver várias ações que facilitaram a entrada de novos capitais estrangeiros para o Estado. No entanto, esses esforços só foram apresentar seus delineamentos mais nítidos na década de 90, período em que os setores mais dinâmicos da economia mineira passaram a processar ajustes - da mesma natureza daqueles introduzidos no país de forma geral - na perspectiva de aumentar a qualidade e competitividade de seus produtos revertendo à crise de acumulação. Com estes procedimentos concluímos que Minas vem se efetivando como laboratório de experiências políticas para a educação, garantindo a base material necessária para a consolidação do projeto neoliberal no



país.

REFERÊNCIAS

BAQUIM, C. A. *“Minas aponta o caminho”. A reforma educacional mineira na década de 90.* (Dissertação de Mestrado). São Carlos: UFSCar, 2003.

FRANÇA, R. L. *A reforma educacional em Minas Gerais na década de 90: o impacto da descentralização das políticas públicas de educação no Brasil.* (Tese Doutorado). Araraquara, SP: UNESP, 2002.

GUIA NETO, W.S.M. *A realidade da educação em Minas Gerais. Conferência proferida no Seminário Educação: a Hora da Chamada.* Belo Horizonte, 1991.

MARTINS, A. S. *A política de capacitação de professores do ensino fundamental de Minas Gerais nos anos 90.* (Dissertação de Mestrado). Niterói: Universidade Federal Fluminense. 1998.

MINAS GERAIS. Secretaria de Estado da Educação. *Plano Decenal de Educação para Todos em Minas Gerais.* Belo Horizonte.1993.

MINAS GERAIS. Secretaria de Estado da Educação. Projeto de melhoria da qualidade do ensino de primeiro grau - PróQualidade - Subprojeto C: Desenvolvimento do Ensino - *Componente C 2: Capacitação de Professores: Termo de Referência para contratação da IE.* Belo Horizonte.1996.; MINAS GERAIS (Estado). Secretaria do Estado da Educação. *Programa de qualidade total.* Belo Horizonte, 1992.

MINAS GERAIS (Estado). Secretaria de Estado da Educação. *Projeto Qualidade na Educação Básica em Minas Gerais (PROQUALIDADE).* Plano de Implementação 1993/1998. Belo Horizonte, Novembro de 1993.

MINAS GERAIS . *Pacto de Minas pela Educação,* UNICEF, - Belo Horizonte, 1994.

MINAS GERAIS (Estado). Secretaria do Estado da Educação. *Diretrizes para a formação de professores da rede pública estadual de Minas Gerais.* Belo Horizonte, 1994.

MINAS GERAIS (Estado). Secretaria do Estado da Educação. Resolução no. 8.287/98.



Institui o Projeto "Acertando o Passo", implantando a estratégia pedagógica de aceleração de estudos, destinada a alunos do 2º. Ciclo do Ensino Fundamental fora da faixa etária. Belo Horizonte, 1997.

MINAS GERAIS. *Educação de qualidade para todos e todos pela qualidade da educação.* Documento do pacto de Minas pela educação. Belo Horizonte, 1995.; MINAS GERAIS (Estado). Diário Oficial do Estado de Minas Gerais. *Secretaria de Estado da Educação.* Belo Horizonte, 24.12.1996.

MINAS GERAIS. *Aceleração da aprendizagem: Programa de correção do fluxo escolar no Estado de Minas Gerais.* Belo Horizonte, 1997.

MINASGERAIS. Secretaria da Educação. Resolução nº 006 de 20 de janeiro de 2000. *Dispõe sobre a organização do Ensino Fundamental em ciclos e em séries nas escolas da Rede Estadual de Ensino de Minas Gerias.* Minas Gerais, Belo Horizonte, 21 jan. 2000.

MINAS GERAIS. *Ciclos de Formação Básica: Implantação do Regime de Progressão Continuada no Ensino Fundamental.* Belo Horizonte, 1997.

MINAS GERAIS. *Minas Gerais: Avaliação da Educação - SIMAVE,* Belo Horizonte, 2000.

MINAS GERAIS. *Minas Gerais: Avaliação do PROCAP.* Belo Horizonte, 1999.

MINAS GERAIS. *Seminário Estadual do PROCAP (1.:1998:Belo Horizonte, MG).* Anais do Seminário Estadual do PROCAP. - Uberlândia:UFU, 1999.; MUNICIPALIZAÇÃO às avessas. *O Estado de Minas Gerais,* Belo Horizonte, 13 de Fev. de 2000. Educação.

NEVES, L. M.W. *Educação e Política no limiar do século XIX.* Campinas, SP: Autores Associados, 2000.

ROCHA, C. V. *Anatomia de uma reforma: descentralização da educação pública de Minas Gerais e Mudança Institucional.* In: 3º Encontro Nacional da ABCP - Associação Brasileira de Ciência Política, 2002, Niterói: UFF, 2002.

SILVA, M. S. P. da. *Relações de Trabalho na Escola Pública: Práticas Sociais em Educação em Minas Gerais (1983-1994).* (Tese de Doutorado). Campinas: UNICAMP, 1999.



SILVA, M. A. da. *Administração dos Conflitos Sociais: As Reformas Administrativas e Educacionais como respostas às questões emergentes da prática social (O caso de Minas Gerais)*. (Tese de Doutorado). Campinas: UNICAMP, 1994.